



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA VARA DO TRABALHO DE PATOS

Equipe de Correição: Alexandre Roque Pinto (Juiz Auxiliar da Vice-Presidência e Corregedoria), Anna Beatriz Queiroga Lopes Meira de Araújo, Cláudia Maria Bandeira Correia Lima Vilar, Eurício de Oliveira Pessoa, Marco Antônio Maia Pinheiro, Rodrigo Cavalcante Barreto, Silvana Marsicano Franca e Vladimir Azevedo de Mello.

Jurisdição	Água Branca, Areia de Baraúnas, Assuncao, Cacimba de Areia, Cacimbas, Catingueira, Condado, Desterro Emas, Imaculada, Junco do Seridó, Juru, Livramento Mãe D'água, Malta, Matureia, Passagem, Patos Quixaba, Salgadinho, Santa Luzia, Santa Teresinha São José de Espinharas, São José do Bonfim, São José do Sabugi, São Mamede, Taperoá, Teixeira Tenório, Várzea, Vista Serrana
Normativo de criação	Lei nº 7.729, de 16/01/1989
Data de instalação	25/05/1989
Data da última correição	5 de abril de 2022
Período correicionado	1º/3/2022 a 28/2/2023

Aos 29 de março de 2023, sob a supervisão da Excelentíssima Senhora Desembargadora Vice-Presidente e Corregedora **MARGARIDA ALVES DE ARAÚJO SILVA**, foi realizado o encerramento dos trabalhos correicionais da Vara do Trabalho de Patos, em cumprimento ao disposto no inciso XI do artigo 31 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, conforme Edital de Correição nº 006/2023* republicado no DEJT - Adm e Jud, no sítio eletrônico deste Regional e enviado à Secretaria da Vara por correio eletrônico.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

A Desembargadora Corregedora, acompanhada do Juiz Auxiliar da Corregedoria, Alexandre Roque Pinto, e do Secretário da Corregedoria, Rodrigo Cavalcante Barreto, foram recebidos, na sede da Vara, pelo Juiz titular, Eduardo Souto Maior Bezerra Cavalcanti, pelo Diretor de Secretaria, Silvano José Soares de Figueiredo Gomes, e demais servidores lotados na Unidade Judiciária. Com base na análise dos processos selecionados para correição, na consulta dos dados estatísticos fornecidos pelos Sistemas e-Gestão, Hórus e PJe referentes ao período de 1º/3/2022 a 28/2/2023 (12 meses) e nas informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, a Corregedoria Regional apurou o seguinte:

1. ESTRUTURA FUNCIONAL

1.1 Magistrado Titular

Juiz Titular	Titularidade na Unidade
Eduardo Souto Maior Bezerra Cavalcanti	14/12/2022 - Ato TRT SGP nº 171/2022

Registre-se que o Magistrado Marcello Wanderley Maia Paiva atuou como juiz titular na Unidade correicionada até o dia 13 de dezembro de 2022 quando foi removido para a Vara do Trabalho de Itaporanga - Ato TRT SGP nº 170/2022.

1.1.2 Magistrado substituto fixo

Juiz Substituto Fixo	Fixação na Unidade
Luiz Jackson Miranda Junior	8/11/2021 - Ato TRT SCR nº 61/2021

1.3 Servidores lotados na Unidade

A Vara do Trabalho de Patos conta, atualmente, com **16** servidores:

Servidor	Cargo/Função	Data lotação
Adriana Fernandes Nobrega Gomes da Costa	Técnico Judiciário – Calculista	27/8/2021
Amaury Soares de Lacerda	Técnico Judiciário – Assistente de Diretor	17/9/2014



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Elza Betania Barbosa Lira	Técnico Judiciário – Secretário de Audiência	1º/2/2012
Fabio de Albuquerque Cavalcanti	Analista Judiciário Ofic. Justiça Avaliador Federal	5/4/2010
François Queiroz da Costa	Técnico Judiciário – Assistente de Juiz Substituto	10/2/2022
Guttemberg Pereira de Farias	Analista Judiciário Ofic. Justiça Avaliador Federal	1º/12/2013
Jose Arlan Parente de Assis	Analista Judiciário	5/7/2004
Jose Peregrino Montenegro Pires Sobrinho	Técnico Judiciário	12/12/1990
Luana Paula Cunha Pessoa	Técnico Judiciário – Assistente de Juiz Titular	9/1/2023
Maria da Conceicao Henrique de Oliveira	Técnico Judiciário	26/5/2015
Oracio Rufino da Silva	Técnico Judiciário	12/12/1990
Rita de Cassia Barroso	Técnico Judiciário – Assistente de Diretor	31/1/2023
Sebastiao Felix de Oliveira Sobrinho	Técnico Judiciário	6/10/2008
Silvano Jose Soares de Figueiredo Gomes	Técnico Judiciário – Diretor de Secretaria	21/12/2022
Sonia Maria Vieira Araujo	Técnico Judiciário – Assistente V	31/1/2021
Zuleide Pereira de Medeiros	Técnico Judiciário – Assistente II	27/8/2004

A Unidade adota, quanto à forma de trabalho, a divisão de tarefas por faixa processual no sistema PJe, segundo informações prestadas pelo Diretor de Secretaria.

2. ACERVO PROCESSUAL DA UNIDADE (Fonte: e-Gestão)

De acordo com os dados fornecidos pelo e-Gestão, a Vara do Trabalho de Patos contabilizava, em 28/2/2023, um acervo processual de 2.307 processos:

Item	Quantidade
Fase de conhecimento	904
Fase de Liquidação	51
Fase de execução	1.338
Cartas precatórias e de ordem	14
TOTAL	2.307

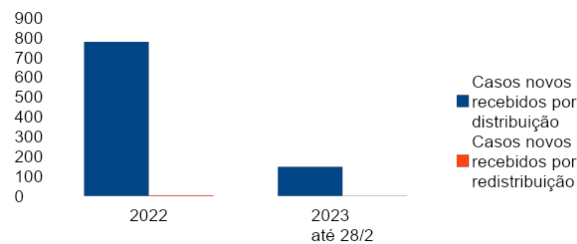
2.1 Fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

2.1.1 Casos novos



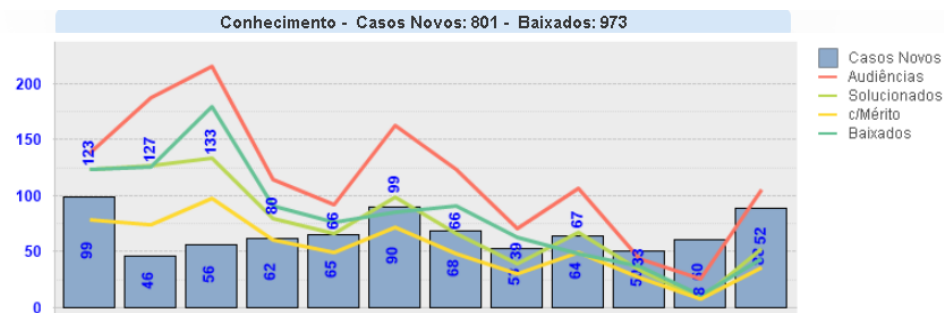
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Item	2022	2023 até 28/2
Casos novos recebidos por distribuição	776	147
Casos novos recebidos por redistribuição	4	1
TOTAL	780	148



No período correccionado há registro de 2 processos recebidos com sentenças anuladas (0000705-45.2021.5.13.0011 e 0000288-92.2021.5.13.0011).

A seguir, gráfico contendo a relação entre número de casos novos e de baixados, por mês, na fase de conhecimento, no período correccionado (março/2022 a fevereiro/2023):



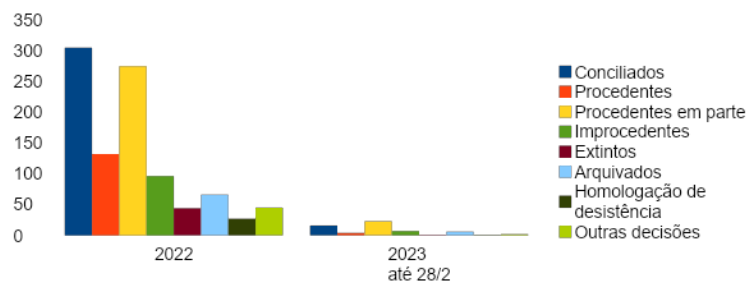
2.2 Resolvidos na fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

Item	2022	2023 até 28/2
Conciliados	304	16
Procedentes	132	4
Procedentes em parte	274	23
Improcedentes	96	7



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

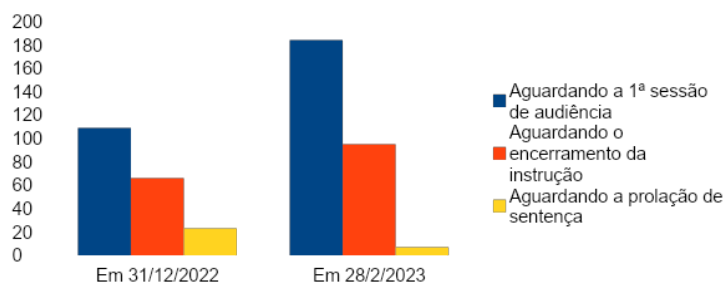
Extintos	44	1
Arquivados	66	6
Homologação de desistência	27	1
Outras decisões	45	2
TOTAL	988	60



2.3 Pendentes de solução (Fonte: Hórus)

A realidade da movimentação processual vivenciada pela Unidade, quanto aos processos sem prolação de sentença, expressa-se nos seguintes números:

Item	Em 31/12/2022	Em 28/2/2023
Aguardando a 1ª sessão de audiência	109	184
Aguardando o encerramento da instrução	66	95
Aguardando a prolação de sentença	23	7
TOTAL	198	286



2.4 Pendentes de finalização (Fontes: Hórus)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Saldo residual dos processos que não foram finalizados*, ou seja, aqueles processos que, embora já tenham decisão, cálculos de liquidação ou tenha sido satisfeito o crédito (conforme a fase processual), ainda estão impactando a Unidade por ausência de baixa processual.

Item	2022	2023 até 28/2	Varição (%) 2022/2023
Fase de conhecimento	814	904	11,06%
Fase de liquidação	52	51	-1,92%
Fase de execução	1.328	1.338	0,75%

*Na fase de conhecimento, consideram-se finalizados os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com início da fase de liquidação ou de execução. Na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada. Na fase de execução, os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

3. PANORAMA DAS AUDIÊNCIAS

3.1. Dias da semana em que se realizaram audiências, com o seu respectivo quantitativo.

Audiência	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Inicial	205	109	153	140	16
Conciliação em conhecimento	8	20	4	1	1
Conciliação em Execução	17	14	11	14	11
Una	1	92	6	4	3
Instrução	107	55	85	90	44

Segundo informações prestadas pelo diretor de secretaria, as audiências, em regra, realizam-se de segunda à sexta-feira.

4. PANORAMA DO PRAZO MÉDIO

4.1 Fase de conhecimento (Fonte:Hórus)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Fase de conhecimento	2022	2023 até 28/2
Do ajuizamento até a realização da 1ª audiência	65	71
Da realização da primeira audiência até o encerramento da instrução	80	83
Do ajuizamento até o encerramento da instrução	136	157
Da conclusão à prolação da sentença	20	37
Do ajuizamento até a prolação da sentença	153	152

5. INCIDENTES PROCESSUAIS (Fonte: Hórus)

Item		2022	2023 até 28/2
Embargos de declaração	Recebidos	192	10
	Baixados	202	5
	Pendentes	6	11
Tutela Provisórias	Recebidos	178	19
	Apreciadas	137	14
	Pendentes	1	6
Liquidação/ Execução	Recebidos	95	2
	Baixados	87	4
	Pendentes	16	15

6. RECURSOS INTERPOSTOS (Fonte: Hórus)

1º/3/2022 a 28/2/2023			
Item	Interpostos	Remetidos	Pendentes
Recurso ordinário	342	384	20
Recurso adesivo	13	11	-
Agravo de petição	87	70	6
Total	442	465	26

7. DURAÇÃO DO PROCESSO NAS FASES DE CONHECIMENTO E EXECUÇÃO (Fonte: Hórus)

No que se refere ao tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento, elemento importante na garantia dos princípios da duração razoável do processo e efetividade, temos os seguintes números para o



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

ano-base **2022**: **136** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e **196** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **165** dias. O prazo praticado pela Unidade neste exercício, até o dia **28/2**, é de **118** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e de **223** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **161** dias.

Em relação a todas as classes processuais, o tempo médio de duração do processo é de **153** dias, para o ano base de **2022**, e de **152** dias, relativo a este ano de **2023**, até 28 de fevereiro.

Quanto à fase de execução, o tempo médio de duração do processo, relativo a todas as classes processuais no exercício de **2022**, foi de **921** dias, e de **1.300** dias, referente ao **exercício atual** até o dia 28 de fevereiro.

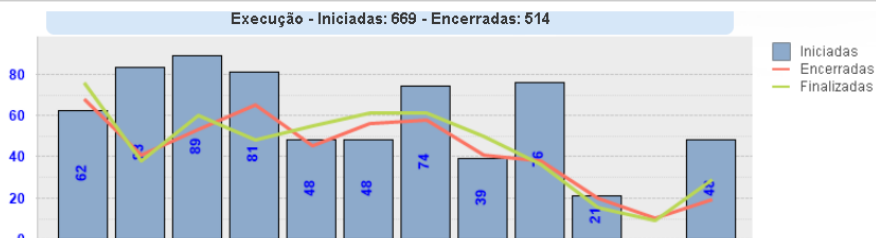
8. FASE DE EXECUÇÃO (Fonte: Hórus e e-Gestão)

Item	2022	2023 até 28/2
Execuções pendentes no início do período	1.188	1.274
Execuções iniciadas	688	48
Desarquivados	180	46
Recebidos de outros Órgãos	-	1
Execução de título extrajudicial	1	-
Execuções encerradas	621	29
Remetidos a outros Órgãos	-	-
Processos arquivados provisoriamente	203	13
Execuções pendentes ao final do período	1.274	1.289

A seguir, gráfico contendo a relação entre número de casos novos e de baixados, por mês, na fase de execução, no período correccionado (março/2022 a fevereiro/2023):



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



9. PAGAMENTOS E ARRECADAÇÕES (Fonte: Hórus)

VALORES PAGOS (R\$)			
Item	Sistema	2022	2023 até 28/2
Acordo	PJe	R\$ 13.103.667,70	R\$ 669.566,98
Espontâneo	PJe	R\$ 2.878.262,86	R\$ 86.655,65
Execução	PJe	R\$ 7.725.813,75	R\$ 405.474,16
TOTAL		R\$ 23.707.744,31	R\$ 1.161.696,79

VALORES ARRECADADOS (R\$)			
Item	Sistema	2022	2023 até 28/2
Custas/Emolumentos	PJe	R\$ 336.441,20	R\$ 6.827,82
Contribuição previdenciária	PJe	R\$ 2.474.161,11	R\$ 193.534,07
Imposto de renda	PJe	R\$ 425.787,79	R\$ 999,57
TOTAL		R\$ 3.236.390,10	R\$ 201.361,46

10. DILIGÊNCIAS REALIZADAS PELOS OFICIAIS DE JUSTIÇA

Verificou a Desembargadora Corregedora que, no período correccionado, foram realizadas, no sistema PJe, **832** diligências por 02 oficiais de justiça avaliadores federais. Segundo informações prestadas pelo diretor de secretaria, as diligências são distribuídas de forma automática, divididas por município. A produtividade é alimentada automaticamente no sistema.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

A produtividade do oficial de justiça, nos limites estabelecidos pela Recomendação TRT SCR nº 08/2013, apresenta-se assim demonstrada no período correicionado, no PJe:

QUADRO DEMONSTRATIVO DE DILIGÊNCIAS NO JPE (1º/3/2022 a 28/2/2023)			
Oficial de Justiça	Diligências realizadas	Diligências cumpridas	Diligências pendentes em 24/3/2023
Fabio de Albuquerque Cavalcanti	474	441	1
Guttemberg Pereira de Farias	358	360	-

11. DEMAIS ASPECTOS DE EXAME OBRIGATÓRIO

11.1 Exaurimento das iniciativas do juízo para tornar exitosa a execução

Constatou a Desembargadora Corregedora que há esforço concentrado do Juízo quanto ao uso regular dos sistemas eletrônicos:

PERÍODO CORREICIONADO 1º/3/2022 a 28/02/2023		
Item	Sistema	Quantidade
SISBAJUD		519
INFOJUD	PJe	112
RENAJUD	PJe	309
BNDT	Pendentes (PJe)	247
	Incluídos (PJe)	258

12. METAS DO CNJ (Fonte: Hórus)

Meta 1/2022 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente	
IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	106,93%
Unidade Correicionada	120,70%



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Meta 1/2023 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente	
Unidades de primeiro grau do TRT	68,50%
Unidade Correicionada	38,42%

Para efeito de controle da **Meta 1/2023**, foram contabilizados, de acordo com a regra negocial, **147** casos novos (por distribuição) e **58** (primeiro julgamento), atingindo o percentual de 38,42%.

Meta 2/2022 – Identificar e julgar, até 31/12/2022, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2020 nos 1º e 2º graus	
IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	107,01% da Meta 2
	99,52% dos processos distribuídos até 31/12/2020
Unidade Correicionada	107,07% da Meta 2
	99,57% dos processos distribuídos até 31/12/2020

Meta 2/2023 – Identificar e julgar, até 31/12/2023, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2021 nos 1º e 2º graus	
IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	106,07% da Meta 2
	98,64% dos processos distribuídos até 31/12/2021
Unidade Correicionada	107,01% da Meta 2
	99,51% dos processos distribuídos até 31/12/2021

Meta 3/2022 – Estimular a conciliação Tribunais Regionais e Juízes do Trabalho: Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2019/2020, em 1 ponto percentual	
IPC – Índice de processos conciliados – índice de conciliação: 40% em 2022	
Unidades de primeiro grau do TRT	87,47% da Meta 3
	34,99% de índice de conciliação
Unidade Correicionada	102,65% da Meta 3
	41,06% de índice de conciliação



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Meta 3/2023 – Estimular a conciliação Tribunais Regionais e Juizes do Trabalho: Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2020/2021, em 1 ponto percentual	
IPC – Índice de processos conciliados – índice de conciliação: 40%	
Unidades de primeiro grau do TRT	83,78% da Meta 3
	33,52% de índice de conciliação
Unidade Correicionada	88,24% da Meta 3
	35,30% de índice de conciliação

Meta 5/2022 – Reduzir a Taxa de Congestionamento Líquida em 2 pontos percentuais, exceto execuções fiscais, em relação à 2020. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40% e Cláusula de barreira na fase de execução: 65%.	
Unidades de primeiro grau do TRT	139,89%
Unidade Correicionada	134,37%

Meta 5/2023 – Baixar até 31/12 uma quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente	
Unidades de primeiro grau do TRT	44,51%
Unidade Correicionada	37,56 %

Indicadores								
Período	BaixCon	BaiExe	PendCon	PendExe	TCL Conhecimento	TCL Execução	TCL	
2023-01	11	11	289	559	96,33	98,07	97,47	
2023-02	43	34	336	611	86,15	93,14	90,54	

13. AFERIÇÃO DE DESEMPENHO EM ÂMBITO NACIONAL - IPC-Jus e Igest

O índice de produtividade comparada da Justiça busca resumir a produtividade e a eficiência relativa dos tribunais em um escore único, produzido com base no Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM), no Índice de Produtividade dos Servidores (IPS), na Despesa Total do Tribunal e na Taxa de Congestionamento Líquida (TCL).

Embora os dados individualizados por vara do trabalho não sejam fornecidos pelo CNJ, considerando-se as variáveis analisadas, o que se observa é que o fator principal a ser buscado pelas unidades judiciárias é o aumento de processos baixados, obtido com o incremento da produtividade de magistrados



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

e servidores. Observa-se, dos dados a seguir apresentados, uma redução no quantitativo de processos baixados da unidade judiciária correicionada, na fase de conhecimento, entre os anos de 2021 e 2022, enquanto que na fase de execução houve um aumento entre os anos de 2021 e 2022, e, nos primeiros meses de 2023, proporcionalmente, redução.

Processos baixados	2021	2022	2023 até 28/02
Fase de conhecimento	1.191	1.059	54
Fase de execução	711	753	45

Corregedoria Regional recomenda que a unidade judiciária deverá incrementar a inclusão de processos em pautas de audiências, conciliatórias e de instrução, com vistas à diminuição do acervo de processos, medidas que decerto contribuirão para a melhoria do índice IPC-Jus deste Regional

Em âmbito nacional, conforme o Índice Nacional de Gestão de Desempenho - Igest, a Vara do Trabalho de Patos encontra-se na **202ª** colocação, entre as 1.570 varas do país (**1º quartil**).

Já no quadro comparativo entre as 3 mais bem colocadas Varas do Trabalho com quantitativo de casos novos entre 1001 e 1500 (512 varas no total), a unidade correicionada encontra-se com as seguintes colocações conforme os mesoindicadores (período de referência 1º/1/2022 a 31/12/2022):

TRT/Vara	IGEST	Acervo peso 0,2	Celeridade peso 0,2	Produtivi- dade peso 0,2	Taxa de congestio- namento peso 0,2	Força de trabalho peso 0,2
3ª Região - MG 2ª VT de Alfenas	1º	3º	11º	72º	1º	65º
8ª Região - PA e AP - 4ª VT de Parauapebas	2º	10º	48º	146º	13º	3º
12ª Região -	3º	1º	1º	117º	18º	76º



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

SC 1ª VT de Fraiburgo						
13ª Região - PB - Vara de Patos	94º	131º	147º	110º	88º	226º

São apresentadas, ainda, as seguintes variáveis para as Varas do Trabalho acima indicadas:

TRT/Vara	IGEST	Prazo na fase de conhecimento	Prazo na fase de liquidação	Prazo na fase de execução
3ª Região - MG - 2ª Vara de Alfenas	1º	73	82	441
8ª Região - PA e AP 4ª Vara de Parauebas	2º	156	15	361
12ª Região - SC 1ª Vara de Fraiburgo	3º	29	33	334
13ª Região - PB - Vara de Patos	94º	153	111	921

TRT/Vara	IGEST	Baixados na fase de conhecimento	Baixados na fase de execução	Servidores ativos
3ª Região - MG - 2ª Vara de Alfenas	1º	853	447	10
8ª Região - PA e AP 4ª Vara de Parauebas	2º	1.346	399	9
12ª Região - SC 1ª Vara de Fraiburgo	3º	916	72	8
13ª Região - PB - Vara de Patos	94º	1.059	753	16

Observando os mesoindicadores do e-Gestão, pode-se fazer o comparativo entre os períodos de referência de um ano cada, finalizados nos meses de



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

março, junho, setembro e dezembro/2022, estando a Vara do Trabalho de Patos nas seguintes colocações entre todas as 1.570 varas do país (consulta realizada em 24/3/2023):

MÊS	IGEST	Acervo	Celeridade	Produtividade	Taxa de congestionamento	Força de trabalho
março 22	335°	281°	743°	572°	203°	410°
junho 22	186°	409°	637°	185°	111°	307°
setembro 22	138°	235°	541°	206°	111°	407°
dezembro 22	202°	256°	344°	422°	201°	584°

JUÍZES

14. Afastamentos de Jurisdição

Eduardo Souto Maior Bezerra Cavalcanti - 14/12/2022 a 28/2/2023			
Motivação	Fonte	Período	Dias
Férias	SAOAdm	14/12/2022 a 16/12/2022	3

Luiz Jackson Miranda Júnior			
Motivação	Fonte	Período	Dias
Férias	SAOAdm	27/6/2022 a 16/7/2022	20
Licença - Saúde	SAOAdm	17/9/2022 a 31/10/2022	45
Férias	SAOAdm	9/1/2023 a 28/1/2023	20

14.1 Assiduidade dos magistrados



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Não há registro de inassiduidade na Corregedoria, ou manifestações dessa ocorrência na Ouvidoria, em face dos Magistrados que atuaram na Unidade correicionada durante o período correicionado.

14.2 Audiências realizadas (1º/3/2022 a 28/2/2023) (Fonte: Hórus)

Magistrados	Una	Instrução	Enc. Instrução	Inicial	Conciliação Conhecimento	Conciliação Execução	Total
Rafaela Queiroz de Sá E Benevides	-	5	-	6	-	-	11
Marcello Wanderley Maia Paiva março a dez/2022	19	129	2	232	20	36	438
Alisson Almeida de Lucena.	1	6	-	1	-	-	8
Eduardo Souto Maior Bezerra Cavalcanti dez/22 a março/23	-	20	6	43	1	3	73
Paulo Nunes de Oliveira	-	2	2	-	-	-	4
Larissa Leonia Bezerra de Andrade Albuquerque	-	-	-	-	-	1	1
Luiz Jackson Miranda Junior	62	192	72	305	41	69	741
Ana Paula de Carvalho Scolari	21	24	3	22	2	8	80
Mariana Petit Horácio de Brito	-	6	1	20	-	-	27

14.3 Incidentes julgados (Fonte: Hórus)

Magistrados	Embargos de declaração	Antecipação de tutela	Liquidação/ Execução	Total
Ana Paula de Carvalho Scolari	8	13	2	23
Mariana Petit Horácio de Brito	4	4	3	11
Marcello Wanderley Maia Paiva	77	65	38	180
Eduardo Souto Maior Bezerra Cavalcanti	1	4	4	9
Alisson Almeida de Lucena.	1	-	-	1
Luiz Jackson Miranda Junior	86	41	33	160
Karolyne Cabral Maroja Limeira	5	-	-	5
Paulo Nunes de Oliveira	2	-	-	2



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

15. PRODUTIVIDADE DOS MAGISTRADOS – SOLUCIONADOS (Fonte: Hórus)

Magistrados	Com Exame do mérito					Sem Exame do mérito			Total
	Conciliação	Procedente	PP	Improcedente	Extinto	Arquivado	Extinto	Desistência/ Outras Decisões	
Aercio Pereira de Lima Filho	-	-	1	-	-	-	-	-	1
Alisson Almeida de Lucena.	3	-	1	-	-	-	-	-	4
Ana Paula de Carvalho Scolari	16	2	16	3	-	3	-	-	40
Eduardo Souto Maior Bezerra Cavalcanti dez/22 a fev/23	6	-	5	2	-	5	-	2	20
Francisca Poliana Aristoteles Rocha de Sa	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Jose Guilherme Marques Junior	-	-	1	-	-	-	-	-	1
Karolyne Cabral Maroja Limeira	-	-	2	-	-	-	-	-	2
Luiz Jackson Miranda Junior	144	50	76	35	-	35	10	26	376
Marcello Wanderley Maia Paiva março/22 a dez/23	126	41	121	50	1	18	22	40	419
Mariana Petit Horácio de Brito	3	1	8	3	2	1	1	3	22
Paulo Nunes de Oliveira	-	-	2	-	-	-	-	-	2
Rafaela Queiroz de Sá E Benevides	1	-	1	-	-	1	1	1	5



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

O então Juiz titular da vara correicionada, Dr. Marcello Wanderley Maia Paiva laborou 244 dias, perfazendo uma média de produção correspondente a 1,72 processo/dia, nos meses de março a dezembro de 2022, e o atual Juiz titular da vara correicionada, Dr. Eduardo Souto Maior Bezerra Cavalcanti laborou 59 dias, perfazendo uma média de produção correspondente a 0,34 processo/dia, no período de dezembro de 2022 a fevereiro de 2023. Já o Juiz Substituto fixo, Dr. Luiz Jackson Miranda Júnior laborou, laborou no período correicionado 239 dias, perfazendo uma média de produção correspondente a 1,57 processo/dia. Quanto aos demais juízes que atuaram na Unidade, não é razoável aqui se registrar a média de produção em razão da intermitência de atuação.

15.1. Processos solucionados por classe processual (Fonte: Hórus)

Classe	Quantidade
Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	407
Ação Trabalhista - Rito Ordinário	345
Homologação da Transação Extrajudicial	62
Embargos de Terceiro Cível	47
Consignação em Pagamento	13
Ação Trabalhista - Rito Sumário (Alçada)	8
Ação Civil Pública Cível	4
Alvará Judicial - Lei 6858/80	3
Ação de Cumprimento	3
Ação Civil Coletiva	1

16. SENTENÇAS LÍQUIDAS (Fonte: Hórus)

Magistrados	Sentenças Líquidas	%
Luiz Jackson Miranda Junior	98	77,78%
Eduardo Souto Maior Bezerra Cavalcanti	5	100%
Marcello Wanderley Maia Paiva	22	13,58%
Rafaela Queiroz de Sá E Benevides	1	100%



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

17. PROCESSOS JULGADOS NO PRAZO LEGAL

Magistrados	Total
Aercio Pereira de Lima Filho	1
Alisson Almeida de Lucena.	4
Ana Paula de Carvalho Scolari	40
Eduardo Souto Maior Bezerra Cavalcanti	20
Francisca Poliana Aristoteles Rocha de Sa	1
Jose Guilherme Marques Junior	1
Karolyne Cabral Maroja Limeira	1
Luiz Jackson Miranda Junior	376
Marcello Wanderley Maia Paiva	416
Mariana Petit Horácio de Brito	22
Paulo Nunes de Oliveira	2
Rafaela Queiroz de Sá E Benevides	5

17.1 Prazo médio da conclusão à prolação da sentença: 18 dias

Magistrado	Dias
Aercio Pereira de Lima Filho	43
Alisson Almeida de Lucena.	5
Ana Paula de Carvalho Scolari	55
Eduardo Souto Maior Bezerra Cavalcanti	8
Francisca Poliana Aristoteles Rocha de Sa	49
Jose Guilherme Marques Junior	47
Karolyne Cabral Maroja Limeira	2
Luiz Jackson Miranda Junior	12
Marcello Wanderley Maia Paiva	21
Mariana Petit Horácio de Brito	7
Paulo Nunes de Oliveira	10
Rafaela Queiroz de Sá E Benevides	22

18. OBSERVATÓRIO

No período compreendido entre a data designada para a correição do ano de 2022 e a presente correição, foi realizado o único ciclo do Observatório de



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

2022, no mês de outubro, tendo o então juiz titular Marcello Wanderley Maia Paiva enviado resposta em 05/12/2022. Destacou o magistrado que a ausência de servidor calculista, durante o ano de 2021, prejudicou a prolação de sentenças líquidas pelos magistrados que atuaram na unidade correicionada, bem como resultou em uma grande quantidade de processos nas fases de liquidação e execução. Disse ainda, em relação ao acervo da execução, que os processos com potencial conciliatório são incluídos em pautas de audiências de conciliação, na primeira data disponível, recomendando a Desembargadora Corregedora a manutenção de tal prática.

O Observatório é ferramenta importante, também, para gestão de dados pela própria unidade, podendo ser extraído relatório a qualquer tempo por meio do gabinete virtual -> Intranet -> Institucional-> Corregedoria -> Sistemas de geração de atas de correição -> Observatório Dashboard.

19. GARIMPO

De acordo com o Ato Conjunto CSJT.GP.CGJT n. 01, de 14 de fevereiro de 2019, bem como o ATO TRT SCR 017/2020, que dispõem sobre o tratamento dos depósitos judiciais de processos arquivados definitivamente, por meio do relatório disponível no PJe (Relatórios Gerenciais), foi registrado o seguinte, entre março de 2022 e fevereiro de 2023 - 12 meses:

Movimentação	Valor total
Pagamento em favor do reclamado	R\$ 109.781,23
Pagamento em favor do reclamante	R\$ 3.434,63
Total	R\$ 113.215,86

Reforça-se a observância da Recomendação TRT13 SCR 04/2019, a fim de que, ao arquivamento dos autos, proceda à conferência de inexistência de contas com valores disponíveis e não sacados pelos beneficiários.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

A Corregedora destaca a necessidade de que sejam adotadas as devidas providências para o saneamento dos processos arquivados definitivamente com saldo em contas judiciais, bem como registro, no sistema Garimpo, das contas movimentadas relativas aos processos arquivados, único meio atual para apuração do trabalho desempenhado em observância ao que dispõe o Ato TRT13 SCR 17/2020.

20. CAPACITAÇÃO

O Ato TRT13 SCR Nº 28/2022 destaca, como item a ser incluso na ata de correição, a participação em cursos por magistrados e servidores.

Segundo informações prestadas pela EJud (PROAD Nº 1882/2023), não houve participação de magistrados da Unidade correicionada, no exercício anterior, em cursos voltados à conciliação, mediação e à efetividade da execução, como também não consta presença em atividades de formação continuada pelo período mínimo de 30 horas-aula por semestre (art. 3º da Resolução ENAMAT nº 09/2011).

As capacitações realizadas pelos servidores, consoante informado pela Ejud (PROAD Nº 2478/2023) estão abaixo descritas:

Servidores	Descrição
Adriana Fernandes Nóbrega Gomes da Costa	TRT - ATUALIZAÇÃO E RATEIO NO PJE- CALC - TURMA 1/2022 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - PROFISSÕES REGULAMENTADAS - EMPREGADOS DOMÉSTICOS, TRABALHADORES RURAIS E MOTORISTAS PROFISSIONAIS (MÓDULO I) /ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - IDENTIDADE DE GÊNERO: HISTÓRIAS, CONCEITOS E TRAJETÓRIAS -TURMA 1/2022 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - CURSO BÁSICO DE ATENDIMENTO EM LIBRAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO - TURMA 1/2022 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO INTRODUÇÃO A LEI BRASILEIRA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (TURMA SET/2022)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Amaury Soares de Lacerda	TRT - MÓDULO DE GESTÃO DE PASSIVOS: IMPORTACAO, GESTÃO E PAGAMENTO - TURMA 1/2022 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO TRT - ÉTICA, INOVAÇÃO E CRIATIVIDADE - TURMA 1/2022 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO
François Queiroz da Costa	TRT - MÓDULO I DOS ESTUDOS AVANÇADOS DE EXECUÇÃO: TEORIA GERAL DA EXECUCAO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO / O CURSO OCORREU DE FORMA HÍBRIDA.
Guttemberg Pereira de Farias	PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO SETOR PÚBLICO (TURMA AGO/2022) / ENAP INTRODUÇÃO A LEI BRASILEIRA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (TURMA AGO/2022) / ENAP
José Arlan Parente de Assis	TRT - ÉTICA, INOVAÇÃO E CRIATIVIDADE - TURMA 1/2022 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO
José Peregrino Montenegro Pires Sobrinho	TRT - ÉTICA, INOVAÇÃO E CRIATIVIDADE -TURMA 1/2022 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO INTRODUÇÃO A LEI BRASILEIRA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (TURMA AGO/2022) / ENAP PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO SETOR PÚBLICO (TURMA AGO/2022) / ENAP TRT - REFORMA TRABALHISTA DIALOGADA - MÓDULO II - TURMA 1/2022 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO TRT - INTRODUÇÃO A TEMÁTICA SOCIOAMBIENTAL - TURMA 1/2022 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO TRT - LINGUA, PROCESSO TRABALHISTA E ACESSIBILIDADE - TURMA 1/2022 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO TRT - MÓDULO DE GESTÃO DE PASSIVOS: IMPORTACAO, GESTÃO E PAGAMENTO - TURMA 1/2022 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO
Luana Paula Cunha Pessoa	ADVOGADO DA UNIÃO (AGU) E PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL (PFN) - CURSO COMPLETO / CERS CURSOS ONLINE
Maria da Conceição Henrique de Oliveira	INTRODUÇÃO A LEI BRASILEIRA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (TURMA AGO/2022) ENAP
Oracio Rufino da Silva	INTRODUÇÃO A LEI BRASILEIRA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (TURMA AGO/2022) / ENAP TRT - MÓDULO DE GESTÃO DE PASSIVOS: IMPORTACAO, GESTÃO E PAGAMENTO - TURMA 1/2022 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO SETOR PÚBLICO (TURMA AGO/2022) / ENAP
Rita de Cássia Barroso	TRT - SISTEMA AUD 4 RELATIVA A INTEGRAÇÃO COM O SISTEMA ZOOM / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO
Sebastião Félix de Oliveira Sobrinho	TRT - MÓDULO DE GESTÃO DE PASSIVOS:IMPORTACAO, GESTÃO E PAGAMENTO - TURMA 1/2022 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - INTRODUÇÃO A TEMÁTICA SOCIOAMBIENTAL - TURMA 1/2022 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - ÉTICA, INOVAÇÃO E CRIATIVIDADE - TURMA 1/2022 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO SETOR PÚBLICO (TURMA AGO/2022) / ENAP INTRODUÇÃO A LEI BRASILEIRA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (TURMA AGO/2022) / ENAP MÓDULO II - TURMA 1/2022 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO
Silvano José Soares de Figueiredo Gomes	TRT - WORKSHOP GESTÃO DE VARA DO TRABALHO: PJE E E-GESTÃO NA PRÁTICA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO / PRESENCIAL E TELEPRESENCIAL TRT - NOVAS FUNCIONALIDADES DA VERSÃO 2.7 DO PJE / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - LEGAL DESIGN / BITS ACADEMY
Sônia Maria Vieira Araújo	TRT - MÓDULO II DOS ESTUDOS AVANÇADOS DE EXECUÇÃO: MEIOS DE DEFESA E EXPROPRIAÇÃO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO / EM FORMATO HÍBRIDO, PRESENCIAL E TELEPRESENCIAL TRT - MÓDULO IV DOS ESTUDOS AVANÇADOS DE EXECUÇÃO: UTILIZAÇÃO OTIMIZADA DE FERRAMENTAS ELETRÔNICAS PARA EXECUÇÃO PARA SERVIDORES / EJUD 13ª REGIÃO / HÍBRIDO TRT - MÓDULO V DOS ESTUDOS AVANÇADOS DE EXECUÇÃO: PRÁTICAS DE EXECUCAO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO/PRESENCIAL E TELEPRESENCIAL TRT - MÓDULO I DOS ESTUDOS AVANÇADOS DE EXECUÇÃO: TEORIA GERAL DA EXECUÇÃO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO / O CURSO OCORREU DE FORMA HÍBRIDA TRT - SEMINÁRIO SOBRE NORMAS INTERNACIONAIS TRABALHISTAS NA PERSPECTIVA DA RECOMENDAÇÃO 123/2022 DO CNJ / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO / EM FORMATO HÍBRIDO TRT - ÉTICA, INOVAÇÃO E CRIATIVIDADE - TURMA 1/2022 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	TRT - MÓDULO DE GESTÃO DE PASSIVOS: IMPORTAÇÃO, GESTÃO E PAGAMENTO - TURMA 1/2022 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO
--	---

SERVIDORES SEM REGISTRO DE CAPACITAÇÕES NO PERÍODO CORREICIONADO
Elza Betânia Barbosa Lira
Fábio de Albuquerque
Zuleide Pereira de Medeiro

21. PROCEDIMENTOS CORREICIONAIS

Processos analisados

Foram analisados 30 processos, por amostragem, selecionados pelos critérios estabelecidos no artigo 2º do Ato TRT13 SCR nº 028/2022, havendo a prolação de 17 despachos correicionais no PJe.

Concede a Desembargadora Corregedora o prazo de 10 dias para cumprimento dos despachos e recomendações, com a devida comunicação à Corregedoria Regional.

Segundo informações prestadas pelo supervisor da Ouvidoria, conforme artigo 2º, II, a, do Ato TRT SCR nº 067/2020, foram registradas na Ouvidoria nos últimos seis meses, 06 ocorrências, devidamente respondidas.

22. RECOMENDAÇÕES

Ao Exmo. Juiz

1. Recomendações gerais

- observar o estabelecido na Resolução Administrativa TST nº 1470/2011 quanto à prática de inclusão/alteração/exclusão da parte executada no BNDT, conforme o caso;
- adotar o procedimento de instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica na forma disciplinada pela CLT, art. 855-A;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

- c) observar as determinações constantes da Recomendação Conjunta GP.CGJT nº 3/2013 no sentido de encaminhar cópias das sentenças que reconheçam agentes insalubres no meio ambiente do trabalho ao endereço eletrônico sentenças.dsst@mte.gov.br do Ministério do Trabalho e Emprego, com cópia para o endereço eletrônico insalubridade@tst.jus.br, a fim de subsidiar o planejamento de ações de fiscalização;
- d) diligenciar nos processos em execução encaminhados ao arquivo provisório ou sobrestados em decorrência do deferimento da recuperação judicial, de modo que, com o seu encerramento ou com o encerramento da quebra em que ela tenha sido convolada (art. 156 e seguintes da Lei 11.101/2005), seja retomado o prosseguimento, para cobrança dos créditos que não tenham sido totalmente satisfeitos (art. 114 da Consolidação dos Provimentos da CGJT);
- e) visitar os processos que se encontram em arquivo provisório ou sobrestados com execução suspensa, a fim de renovar providências coercitivas por meio da utilização dos sistemas Sisbajud, Renajud, Infojud, Infoseg, CCS, Serasajud, CNIB, CENSEC, entre outros, conforme disciplinamento do art. 108, III, da Consolidação dos Provimentos da CGJT;
- f) observar as recomendações editadas pela Corregedoria Regional, em especial a Recomendação TRT SCR nº 004/2019 (Projeto Garimpo), de forma que, como condição de arquivamento de processo judicial, em qualquer fase, seja certificada a inexistência de contas judiciais com valores disponíveis e não sacados pelos beneficiários.

2. Recomendações específicas

- a) incluir em pauta processos na fase de execução em que se verifique potencial conciliatório (art. 108, II, da Consolidação dos Provimentos da CGJT e Recomendação TRT13 SCR nº 003/2021);
- b) incrementar o uso dos sistemas eletrônicos (Sisbajud, Renajud, Infojud, Infoseg, CCS, Serasajud, CNIB, CENSEC, entre outros), de forma a buscar reduzir o tempo de duração do processo na fase de execução;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

- c) observar os termos da Consolidação dos Provimentos da CGJT e Recomendação TRT13 SCR Nº 007/2022 no que se refere aos procedimentos a serem seguidos na fase de execução - determinações de reunião, suspensão/sobrestamento, e arquivamento definitivo dos autos, bem como o procedimento a ser utilizado no PJe para elaboração de ofícios precatório/RPV, utilizando a tarefa “Comunicações e expedientes” para a confecção do ofício, e não por simples despacho, com o fito de propiciar a leitura correta do expediente pelo eGestão, evitando o ocorrido nos processos 0000247-28.2021.5.13.0011 e 0000277-97.2020.5.13.0011, por exemplo;
- d) participar de capacitações voltadas, primordialmente, à conciliação, mediação e efetividade da execução.

Ao Diretor de Secretaria

- a) monitorar os relatórios fornecidos pelo Hórus e e-Gestão, a fim de verificar possíveis inconsistências na alimentação de dados pela Unidade, e corrigi-las;
- b) observar as recomendações da Ata de Correição, de forma a aprimorar o desempenho da Unidade e o cumprimento das metas do CNJ;
- c) orientar a equipe a utilizar o Gigs para controle de prazos e cadastro de tarefas, procedendo ao registro de cumprimento, para melhor identificação das atividades realizadas;
- d) orientar a equipe para executar os atos processuais no prazo assinalado pelo Código Processual Civil, art. 228, a fim de agilizar o andamento processual e prevenir que processos fiquem indevidamente paralisados, a exemplo dos processos 0000359-94.2021.5.13.0011, 0000536-24.2022.5.13.0011, 0000226-18.2022.5.13.0011, 0000291-13.2022.5.13.0011, 0000368-56.2021.5.13.0011, e 0000269-52.2022.5.13.0011;
- e) orientar a equipe a observar os termos da Recomendação TRT13 SCR 007/2022, atinente ao procedimento a ser utilizado no PJe para elaboração de ofícios precatório/RPV, evitando-se o ocorrido nos processos



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

0000318-30.2021.5.13.0011, 0193900-73.2013.5.13.0011,
0000277-97.2020.5.13.0011, bem como registros de pagamento;

f) registrar e incentivar a equipe a efetuar com regularidade os registros, no sistema Garimpo, das contas movimentadas, por se tratar de meio imprescindível ao cômputo dos valores devolvidos;

g) incentivar os servidores a participarem de capacitações específicas voltadas à efetividade da atividade jurisdicional;

h) velar, sob pena de responsabilidade, por meio de movimento processual específico no PJe, pela conclusão dos autos para decisão ou julgamento no prazo de 24 horas após a última audiência do processo, quando encerrada a instrução ou apresentadas as razões finais em momento posterior, conforme o caso (art. 23 do Provimento Consolidado do TRT13), evitando-se o ocorrido nos processos 0000817-77.2022.5.13.0011 e 0000734-61.2022.5.13.0011.

Aos servidores

a) executar os atos processuais no prazo assinalado pelo Código Processual Civil, art. 228, a fim de agilizar o andamento processual e prevenir que processos fiquem indevidamente paralisados, a exemplo dos processos 0000359-94.2021.5.13.0011, 0000536-24.2022.5.13.0011, 0000226-18.2022.5.13.0011, 0000291-13.2022.5.13.0011, 0000368-56.2021.5.13.0011, e 0000269-52.2022.5.13.0011;

b) observar os termos da Recomendação TRT13 SCR 007/2022, atinente ao procedimento a ser utilizado no PJe para elaboração de ofícios precatório/RPV, bem como registros de pagamento, evitando o ocorrido no processo 0000708-97.2021.5.13.0011, onde foi registrado indevidamente, na movimentação processual, o pagamento do crédito exequendo, quando na verdade se tratava de valor devolvido à título de depósito recursal;

c) utilizar a ferramenta Gigs para controle de processos;

d) ter atenção com a opção de intimação automática quando da elaboração de minutas de despachos/decisões/sentenças, e, também, o prazo a ser inserido,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

evitando-se a elaboração de intimações automáticas que porventura atrasem a marcha processual, a exemplo do ocorrido no processo 0000536-24.2022.5.13.0011;

e) participar de capacitações específicas voltadas à efetividade da atividade jurisdicional;

f) aos oficiais de justiça, providenciar a regularização das diligências pendentes de cumprimento no PJe, regularizando as devoluções, a exemplo de mandados que tenham perdido o objeto.

23. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dessas considerações, a Desembargadora Corregedora constata que a Vara do Trabalho de Patos tem buscado o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, a fim de atingir os índices obtidos por unidades judiciárias de idêntico porte.

Constata o cumprimento das Metas 1 (120,70%), 2 (107,07%), 3 (102,65%) e 5 de 2022 (134,37%), pelo que parabeniza os servidores e magistrados pelo trabalho desempenhado.

Registra, com satisfação, a redução significativa dos processos pendentes de solução - aguardando a prolação de sentença - de **23** em 2022 para **7** processos neste exercício de 2023, considerando os dados estatísticos de janeiro e fevereiro, motivo pelo qual concita a equipe a manter o desempenho até o final deste exercício.

A Desembargadora Corregedora manifesta, todavia, preocupação com o aumento dos prazos médios da unidade correicionada na fase de conhecimento, sobretudo o prazo médio do ajuizamento até o encerramento da instrução, de modo que incentiva os magistrados a incrementarem as pautas de audiências de conhecimento.

Quanto ao Igest, em dezembro de 2021, a unidade ocupava a 634ª posição (segundo quartil), passando para a colocação 202ª em dezembro de 2022,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

atingindo o primeiro quartil, motivo pelo que parabeniza toda a equipe pelo excelente desempenho em prol de uma justiça célere.

Analisando-se os indicadores do Igest, observa-se, pelos últimos dados disponíveis - dezembro/2022, constantes no item 13 da ata, que o item “celeridade” foi o mesoindicador que mais influenciou no posicionamento da unidade judiciária na 202ª colocação, observando-se os dados extraídos na última correição, o que certamente proporcionará o atingimento de melhores índices e, principalmente, a eficiência na entrega da prestação jurisdicional.

Pontua-se, por fim, que é de grande relevância a participação de magistrados e servidores em capacitações específicas voltadas à efetividade da atividade jurisdicional, especialmente aquelas relacionadas à mediação, conciliação e execução.

Nada mais havendo a tratar, dar-se por encerrados os trabalhos, nesta data, e eu, Rodrigo Cavalcante Barreto, Secretário da Corregedoria Regional, lavrei a presente ata, a ser assinada eletronicamente pela Desembargadora Corregedora, que deixa assinado o prazo de 10 dias, a contar do primeiro dia útil que segue, para a Vara do Trabalho, querendo, oferecer suas considerações.

A presente Ata será afixada no átrio desta Unidade Judiciária por igual prazo, publicada no DEJT e inserida na página oficial da Corregedoria na Internet.

MARGARIDA ALVES DE ARAÚJO SILVA
Desembargadora Vice-Presidente e Corregedora



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

ANEXO

VISTOS

0198100-26.2013.5.13.0011	0000270-71.2021.5.13.0011	0000318-30.2021.5.13.0011
0000209-79.2022.5.13.0011	0000016-30.2023.5.13.0011	0193900-73.2013.5.13.0011
0000335-32.2022.5.13.0011	0000835-98.2022.5.13.0011	0187700-50.2013.5.13.0011
0000226-18.2022.5.13.0011	0000898-94.2020.5.13.0011	0000247-28.2021.5.13.0011
0001039-50.2019.5.13.0011		

DESPACHOS CORREICIONAIS

0000536-24.2022.5.13.0011	0000359-94.2021.5.13.0011	0001010-29.2021.5.13.0011
0000794-68.2021.5.13.0011	0000967-97.2018.5.13.0011	0001071-84.2021.5.13.0011
0000851-52.2022.5.13.0011	0000291-13.2022.5.13.0011	0000708-97.2021.5.13.0011
0000368-56.2021.5.13.0011	0000445-36.2019.5.13.0011	0000011-42.2022.5.13.0011
0000277-97.2020.5.13.0011	0000121-41.2022.5.13.0011	0000817-77.2022.5.13.0011
0000269-52.2022.5.13.0011	0000779-65.2022.5.13.0011	